

MARINGÁ

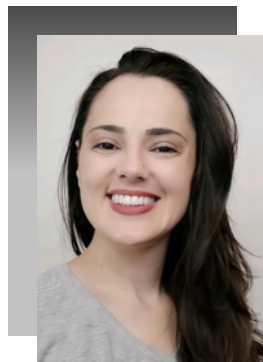
13, 14, 15 e 16

OUTUBRO DE 2026



INCONSTITUCIONALIDADES NAS LEIS MUNICIPAIS E A NECESSÁRIA ATUALIZAÇÃO DA LEI ORGÂNICA E DO REGIMENTO INTERNO

DRA SANDRA KLEINSCHMITT
PALESTRANTE



Doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e professora universitária com mais de 11 anos de experiência. Possui mestrado em Ciências Sociais e em Desenvolvimento Regional pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná e é bacharela em Direito pela Faculdade Assis Gurgacz. Atua nas áreas de pesquisa social, análise de políticas públicas e planejamento estratégico na gestão pública, com capacitações pela Escola Nacional de Administração Pública em orçamento público, licitações, planejamento e gestão de projetos.

DRA DESIREE F FARIA
COORDENADORA



Coordenadora da Supra Cursos. Advogada com Pós-Graduação em Direito Penal, Processo Penal, Direito Administrativo e Direito Público com ênfase em Contratos e Licitações. Foi Diretora do Departamento Jurídico da Prefeitura Municipal de Jataizinho e Diretora da Câmara Municipal de Jataizinho/PR. Sócia-proprietária da Prime Cursos LTDA

PROGRAMAÇÃO*
CURSO PLUS (4 DIAS)

13/10– Terça- Feira
15h – 17h
Credenciamento

14/10– Quarta-Feira
09h – 12h
Abertura do evento
14h – 17h
Aula

15/10– Quinta-feira
09h – 12h
Aula
14h – 17h
Aula

16/10– Sexta-Feira
09:00h – 11:00h
Dúvidas, Tema
livre e encerramento

CURSO PLUS (4 DIAS): O formato Plus oferece todos os benefícios do Standard, com um diferencial: um dia adicional dedicado exclusivamente à consultoria personalizada. Este dia extra é projetado para atender às demandas específicas dos participantes, seja individualmente ou em grupo.

GoldMen Select Maringá

Rua Santos Dumont, 2516
Zona 01, Maringá
(44) 3027-1300



PRIME
CURSOS

Alex (43) 99159-2111

Dilmara (43) 99171-0405

Daiane (43) 99922-5095



BANCO DO BRASIL

AG Nº 2212-8

C/C Nº 19.076-4

UNICRED

PIX: 49.996.189/0001-03

**PRIME CURSOS LTDA- CONSULTORIA,
TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO
PROFISSIONAL
EM GESTÃO PÚBLICA
CNPJ: 49.996.189/0001-03**

INCONSTITUCIONALIDADES NAS LEIS MUNICIPAIS E A NECESSÁRIA ATUALIZAÇÃO DA LEI ORGÂNICA E DO REGIMENTO INTERNO

• MÓDULO 1— AUTONOMIA MUNICIPAL E LIMITES CONSTITUCIONAIS

- O município na federação brasileira: autonomia política, administrativa, financeira e legislativa
- Competências privativas, comuns e concorrentes
- O princípio da simetria e sua aplicação (ou não) aos municípios
- Hierarquia normativa municipal: Lei Orgânica, leis complementares, leis ordinárias, decretos e regimentos
- A Lei Orgânica como "Constituição Municipal": natureza jurídica e limites de conformação

• MÓDULO 2— DA INCONSTITUCIONALIDADE APLICADA AO PLANO MUNICIPAL

- Inconstitucionalidade formal e material
- Inconstitucionalidade originária e superveniente
- Inconstitucionalidade por arrastamento e por "contaminação" de dispositivos conexos
- Inconstitucionalidade por omissão: o dever de atualização normativa
- Recepção, revogação e não recepção de normas municipais anteriores a alterações constitucionais
- Efeitos da declaração de inconstitucionalidade sobre atos já praticados (modulação, segurança jurídica, boa-fé)

• MÓDULO 3— VÍCIOS RECORRENTES EM LEIS ORGÂNICAS MUNICIPAIS

- Dispositivos que extrapolam a competência legislativa municipal (matéria penal, processual, civil, trabalhista)
- Cláusulas de imunidade parlamentar e prerrogativas de vereadores em desacordo com a jurisprudência do STF
- *Regras de perda de mandato, cassação e processo por infração político-administrativa desalinhadas*
- *Normas de organização administrativa incompatíveis com o novo marco de licitações e com a LGPD*

- Cláusulas de iniciativa legislativa exclusiva do Executivo invadidas por iniciativa parlamentar (e vice-versa)

• MÓDULO 4— VÍCIOS RECORRENTES EM REGIMENTOS INTERNOS DE CÂMARAS MUNICIPAIS

- Quóruns e procedimentos de votação incompatíveis com a Lei Orgânica ou com normas de processo legislativo estadual/federal aplicáveis por simetria
- Comissões permanentes desatualizadas frente às novas exigências de transparência, controle interno e participação popular
- Ausência de regras sobre sessões remotas/híbridas e votação eletrônica (pós-pandemia)
- Desatualização quanto à Lei de Acesso à Informação, Lei da Transparência e à obrigatoriedade de audiências públicas
- Regras de decoro parlamentar e processo disciplinar interno em confronto com o devido processo legal e a jurisprudência dos Tribunais de Contas
- Ausência de mecanismos de iniciativa popular e de participação da sociedade civil (quando exigidos pela Lei Orgânica local)

• MÓDULO 5— CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE DE NORMAS MUNICIPAIS

- O papel do controle concentrado estadual e federal
- Recurso Extraordinário e controle difuso como via de acesso indireto ao STF
- Representação de inconstitucionalidade estadual: legitimados, procedimento e efeitos
- Atuação do Ministério Público e dos Tribunais de Contas na provocação do controle
- Mandado de segurança e ação civil pública como vias de controle incidental
- Estratégias preventivas: consulta prévia, parecer jurídico vinculante e legística preventiva

Destinado a: Prefeitos, Vice - Prefeitos, Presidentes de Câmaras, Vereadores, Chefes de Gabinete, Secretários, Servidores Públicos do Executivo e Legislativo, Assessores jurídicos, Contadores, Financeiro, Controladores, Assessores Parlamentares e demais interessados.

**Apostilas e Certificado Digital, em PDF
(será emitido certificado ao final do
treinamento para quem cumprir o mínimo
de 75% de participação)**

**A programação deste curso pode
ser alterada sem aviso prévio, bem
como seu cancelamento ou
substituição dos professores**

Tati (43) 99139-6135 Priscila (43) 99658-4536 Kátia (43) 99658-6187